

FUNARO FALA AOS CREDORES

Repete a uma platéia seleta, em Nova York, o que sempre diz no Brasil: a dívida é política.

Ao longo destes anos, o Brasil já pagou muito aos seus credores e boa vontade não se troca por cheque. A minha presença aqui já é uma demonstração da boa vontade do Brasil. Esta afirmação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda Dilsen Funaro, minutos antes de participar de um encontro no Conselho de Relações Exteriores, em Nova York, onde falou a uma platéia de banqueiros, investidores e acadêmicos americanos sobre o novo plano econômico brasileiro, mas principalmente sobre a necessidade de se mudarem os mecanismos de refinanciamento internacional.

O ministro confirmou a impressão de ser portador do plano apresentado à bancada do PMDB no Congresso e que entregará oficialmente aos bancos sexta-feira. O plano propõe o refinanciamento parcial dos juros da dívida externa que, vencem nos próximos cinco anos (cerca de 50 bilhões de dólares) e fixa em 2,3% do produto interno bruto (PIB) o teto máximo dos recursos que serão destinados a amortizar o principal.

Funaro enfatizou a tese brasileira de que a responsabilidade do

endividamento externo pertence a credores e devedores e, segundo ele, já existe um consenso internacional de que o problema da crise de 1982 deve ser compartilhado pelas duas partes. Além disso, o ministro da Fazenda — que, depois do encontro no Council of Foreign Relations, fez uma palestra no Council of Americas, também para banqueiros e investidores — afirmou que a situação está “chegando a uma fase mais madura, em que todas as partes envolvidas já aceitam sua parcela no esquema de co-responsabilidade que permitirá encontrar uma solução duradoura para a questão.”

Perguntado sobre essa questão, um banqueiro americano respondeu: “Todos nós reconhecemos este problema da dívida e obviamente para dançar um tango é preciso duas pessoas. Até agora sempre dançamos juntos e temos de continuar dançando. Mas a opinião entre banqueiros é de que o Brasil tem chances de ter um progresso superior ao de outros países endividados e usar sua produção total para corresponder aos seus compromissos internos e externos”, afirmou o credor, acrescentando



Funaro: “Boa vontade não se troca por cheque”.

ainda que um país com uma economia como a do Brasil tem de encontrar soluções que atendam às necessidades do povo brasileiro, e às suas responsabilidades quanto ao pagamento do serviço da dívida.

Para esse banqueiro, o ministro tem sido muito pessimista quanto às possibilidades de o Brasil crescer de forma a abastecer não

somente sua demanda interna mas também manter boas relações com bancos, indústrias e comércio externos. Além disso, ele insistiu na importância de o Brasil começar a pagar alguma coisa — ou seja, o pagamento da boa vontade discutido na reunião da semana passada em Miami — e sua reação à declaração de Funaro de que “boa von-

tade não se troca por cheque”, foi de que o Brasil não deve optar por um enfrentamento.

“O governo brasileiro espera continuar recebendo apoio de seus credores, através de novos empréstimos. Isso tudo faz parte da economia de mercado e se uma das partes responde bem e cumpre com suas obrigações, a tendência será a outra parte responder da mesma forma”, disse o credor americano.

Já o ministro Funaro acha que o Brasil deveria ter recebido um tratamento diferente de seus credores, no sentido de terem encontrado mecanismos de financiamento que permitissem ao País rolar a sua dívida e ao mesmo tempo continuar mantendo seu processo de crescimento. Agora Funaro disse neste seu primeiro dia nos Estados Unidos que o Brasil só voltará a pagar seus compromissos quando os credores tiverem um entendimento da situação.

“Está na hora de os países ricos ouvirem os devedores quando sentarem para discutir a questão da dívida. Eles não podem continuar a tomar decisões simplesmente sobre como se deve comportar o problema do débito”, afirmou Fu-

naro, que ainda no final da tarde teve uma reunião com representantes do Chemical Bank, Chicago First Bank, Citybank, Manufacturers Hanover e Chase Manhattan para tratar dos rumos da economia brasileira.

Hoje o ministro está em Washington onde se reúne com o Comitê Interino, do Fundo Monetário Internacional. Para Funaro — que veio acompanhado de Alvaro Alencar e do presidente do Banco Central Francisco Gros — é preciso discutir com aquela instituição toda a crise financeira internacional desencadeada em 1982, e todo o ajuste da economia mundial, para que se encontrem mecanismos que permitam aos países endividados saírem desta crise e não conviverem com este problema eternamente.

Já Gros deverá se reunir sexta-feira com o comitê de assessoramento da dívida externa e, segundo fontes bancárias, a questão principal a ser discutida será a das linhas comerciais de médio e longo prazos no valor de 9,6 bilhões de dólares que vencem no próximo dia 15.

Eliane Gamal, de Nova York.

Gros convoca agências de N.York

Os gerentes das 15 agências de bancos brasileiros em Nova York foram ontem convocados para uma reunião com o presidente do Banco Central, Francisco Gros, na próxima sexta-feira, às 15 horas. A convocação foi feita pelo gerente do Banco do Brasil, Joaquim Ferreira Amaro, pouco depois que ele recebeu o ministro Dilsen Funaro e Gros no aeroporto J.F.Kennedy, na manhã de ontem.

O assunto da reunião não foi antecipado. É a primeira vez que o presidente do Banco Central, Francisco Gros, convoca os gerentes dos bancos brasileiros em Nova York, apesar de ser esta a sua terceira visita aos Estados Unidos desde que tomou posse. Antes dele, essas reuniões eram rotineiras, sempre que um presidente do Banco Central vinha aos Estados Unidos.

Mas a próxima reunião, certamente, fugirá à rotina, pois, como apurou o **Jornal da Tarde**, ontem, os gerentes dos bancos brasileiros em Nova York estão se sentindo “congelados”.

— Sentimo-nos amarrados num determinado negócio. Não pode-

— Pior do que botar as linhas de crédito de curto prazo no **overnight**, não. É o que está fazendo o Morgan. No mais, só se algum banco pequeno, regional, tomar alguma iniciativa. Se os grandes até agora não fizeram o que poderiam, não farão mais. Temos que esperar a reunião de sexta-feira para vermos se sequer pagar o empréstimo que contraímos porque isto vai contra os interesses nacionais. Não se pode nem aumentar os negócios, porque ninguém nos dará dinheiro. Trabalha-se com o que se tem, e não se tem muito. Estamos congelados.

— Você espera ouvir alguma novidade que mude esta situação, na sexta-feira?

— Não. Nós somos um pequeno problema para o governo brasileiro. Para ele, a prioridade é outra. Nós só queremos fazer negócios. Mas com a situação assim, não conseguimos.

— E se a passagem do ministro Funaro por aqui não acalmar os bancos credores, você acha que a situação dos bancos brasileiros tenderia a piorar?

M.R.

A disputa ainda nem começou

As próximas reuniões para a discussão da dívida externa entre o Brasil e os países credores não vão se dar no bojo de grandes eventos ou grandes crises e o que se verá, nos próximos meses, é o tradicional jogo do “empurra com a batiga”. Essa é a visão do economista e professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC), Edmar Bacha, ex-presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ontem foi o convidado do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro no debate sobre a dívida externa. Segundo ele, nos próximos meses será possível ver se o Brasil tem ou não poder de barganha suficiente para um acordo razoavelmente satisfatório que permita, pelo menos, um crescimento moderado este ano.

Para o economista, o panorama internacional está sofrendo uma certa “fadiga da dívida”, demonstrada principalmente na relutância crescente dos bancos privados em contribuir com parcelas de recursos financeiros para que os países endividados consigam retornar seu crescimento. Esses bancos, analisou, estão preferindo simplesmente se desencilhar dessas dívidas, e o fazem vendendo, com descontos crescentes, os títulos correspondentes no mercado secundário. Nesse mercado de segunda mão a dívida brasileira está valendo, para cada dólar nominal, apenas 60 centavos.

Essa desvalorização do capital, afirmou Bacha, tem efeitos negativos sobre todo conjunto de investimentos internacionais, porque os investidores sabem que seu capital está condenado a uma depreciação e pode cair na “vala comum” das obrigações brasileiras no Exterior.

Como ficam as importações?

Uma longa reunião entre um grupo de empresários exportadores-importadores e o diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), Roberto Fendt, ontem na Fiesp, terminou seus esclarecimentos mais amplos sobre a questão das prioridades para importação. No entanto, uma fonte da indústria revelou que algumas matérias-primas já foram selecionadas e serão submetidas pela Cacex à reunião do Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concecx), marcada para o próximo dia 15. Os empresários receberam explicações sobre o funcionamento da nova sistemática de importação sem cobertura cambial.

A mesma fonte garantiu que uma das alternativas possíveis — já que os empresários não confiam na nova proposta apenas como está sendo apresentada — seria importar com dólares cotados no paralelo pelo próprio Banco do Brasil. Depois da reunião, o ex-diretor da Cacex, Benedito Moreira, lembrou que já existe o decreto 42.820 de 1957, ainda em vigor, do ex-ministro Eugênio Gudin, que permite a importação de equipamentos e máquinas por empresas multinacionais sem cobertura cambial. Deduziu-se, daí, que o Concecx poderia analisar a extensão desse benefício também para empresas nacionais.

Além disso, a fonte industrial garantiu o seguinte: será mantido sigilo ao redor desses encontros

entre empresários importadores-exportadores para evitar especulações em torno dos setores abrangidos e matérias-primas liberadas para o primeiro lote. Ontem nem o diretor da Cacex nem os empresários chegaram a adotar a tática de despistar a imprensa com evasivas e informações truncadas. O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Ingo Zadrozny, simplesmente aproveitou a chegada providencial do elevador para embarcar nesse pacto de silêncio.

De qualquer modo, o presidente da Fiesp, Mario Amato, antecipou detalhes revelados pela fonte industrial. Que a importação “livre” teria que ser feita através de um banco, com a cotação do paralelo. O que Amato não disse — mas revelou essa fonte da indústria — é que os empresários ainda não estão dando ao governo a credibilidade que a nova medida deveria ter. “Empresário velho não mete a mão em cumбуca”, disse a fonte, ressaltando que é preciso mais tempo “para tomarmos pé e sentirmos até onde o governo garante”. A fonte acrescentou essa preocupação que foi levada ao conhecimento do assessor especial para Assuntos Empresariais do ministro da Fazenda, Paulo Francini. Francini, acrescentou a fonte, deverá apresentar essa questão para ser esmiuçada na reunião do Concecx. Daí o silêncio.

Sergio Leopoldo Rodrigues.

VOLCKER FALA AO BRASIL

Ele diz que o País, para merecer crédito, deve pôr a economia em ordem.

São os brasileiros que devem confiar e apoiar um programa econômico elaborado por seu governo, em primeiro lugar. Depois, a comunidade financeira mundial. Só assim, com esta base, explicou o presidente do conselho de governadores do Federal Reserve System, Paul A. Volcker, “o Brasil e seus credores terão um grande incentivo para trabalhar juntos e desenvolver acordos de financiamentos externos consistentes com um forte e contínuo crescimento”.

O grandalhão Paul Volcker, uma cabeça acima dos repórteres que o cercavam no subóteto de Finança Internacional e de Política Monetária do Senado norte-americano, pregou a necessidade de abertura de novos créditos para que todo o sistema bancário não corra o risco de se romper, durante um depoimento que durou duas horas, ontem, dia da chegada do ministro Dilsen Funaro aos Estados Unidos.

— Afinal, manter esse clima de sucessivas crises econômicas não pode ser do interesse da própria comunidade bancária — ele comentou.

Estaria o presidente do Banco Central americano dando as boas vindas ao ministro Funaro? “Não nos iludamos”, responde um banqueiro de Nova York. “O processo ainda está na fase de endurecimento. Não chegamos ainda ao ponto de dizer: o pior já passou, podemos relaxar. O Brasil parece aquele time que perde de 5 a 0 — e se levar de 8, ou 10, não terá mais importância”.

Volcker começou sua análise da situação da dívida mundial reconhecendo que a paciência é um artigo difícil no estoque de países ricos como os Estados Unidos, num contraponto aos apelos dos países muito endividados e sem nenhum prospecto de crescimento e de estabilidade. E confessou que não concorda com algumas novas e radicais estratégias de abordagem do problema da dívida, citando um exemplo — o do perdão. Então, advertiu:

— Há um claro perigo de que acordos adequados de financiamento não estejam sendo negociados e aprovados no momento certo. Países devedores que tenham demonstrado sua intenção e habilidade em executar programas econômicos eficientes precisam ter a confiança de que novos fundos estarão disponíveis.

Volcker passou então a lembrar a recuperação mundial de 1983-84 até o início da queda em 1985, antecipando que, “como as coisas estão, os prospectos não são melhores, e até mesmo piores, para 87”. E ele lamentou: “Desde 1982, Europa e Japão aumentaram muito pouco suas importações da América Latina”.

Num outro momento de seu depoimento, Paul Volcker criticou a pouca atenção dispensada “ao quanto progrediram os países fortemente endividados” de 81-82 até 86:

— A maioria dos países devedores experimentou uma significativa recuperação em sua atividade econômica. Alguns poucos, como o Brasil, o Chile, a Colômbia e o Marrocos alcançaram uma elevação substancial em sua taxa de crescimento, numa média de mais de 4% ao ano durante os últimos três anos. Para os 15 países mais endividados como um grupo, o PNB (Produto Nacional Bruto) real cresceu cerca de 8,8% desde 1983.

Outra área que tem sido “apertada”, segundo Paul Volcker, na continuação de seu depoimento, é a de investimentos: “Isto realça a necessidade de alguma margem de novos fundos do Exterior para manter o crescimento (...). Tanto o FMI (Fundo Monetário Internacional) quanto o Banco Mundial representaram aí um papel importante”.

A maior mudança estrutural

adotada por alguns países devedores, nos últimos dois anos foi a liberalização das restrições para importação — ele acrescentou, citando a Nigéria, o México, o Chile, a Colômbia e o Equador. Ao descrever as últimas negociações para a rolagem de dívidas de vários países, que não mencionou, Volcker repetiu:

— Novos fundos são necessários para apoiar programas econômicos bem concebidos (...) As informações disponíveis revelam que os novos empréstimos dos bancos comerciais cessaram virtualmente em 1985 e 1986, e que estão abaixo do que previa o secretário (do Tesouro norte-americano) Baker.

Paul Volcker indicou que vários bancos regionais dos Estados Unidos estariam numa fase preliminar de exame de novas formas de participação em programas de financiamento. E considerou que o sucesso das negociações com a Argentina poderá ser um teste:

— Este país está entre aqueles que fizeram progressos substanciais, nos últimos anos, em busca da estabilidade doméstica e da reabilitação econômica, apesar de sua pesada dependência dos mercados mundiais de grãos. A Argentina tem trabalhado estreitamente com o FMI durante vários anos, e o Banco Mundial está preparado para provê-la com financiamentos adicionais de apoio a reformas setoriais. Mas é claro que a reestruturação de sua dívida vai requerer novos créditos (...) Acordos neste sentido parecem-me obviamente interessar à Argentina e a seus credores, desde que haja uma base de grande confiança em que os objetivos — alguns comuns, outros diferentes — poderão ser alcançados.

Aí, então, Paul Volcker chega a primeira vez ao Brasil — “este maior devedor entre os países em desenvolvimento”. É a página 22 de seu discurso. E ele diz:

— O Brasil está hoje numa difícil posição. Depois de um período de forte crescimento interno e de grandes superávits comerciais, sua posição externa decaiu, e o momento de expansão foi interrompido. Nestas circunstâncias, com suas reservas internacionais esvaziando-se rapidamente, o governo suspendeu o pagamento dos juros da dívida de médio e longo prazos. Com seus enormes recursos humanos e materiais, o Brasil tem o claro potencial de se tornar uma das maiores potências econômicas do mundo, sua força competitiva, vitalidade e adaptabilidade já foram comprovadas várias vezes nos últimos anos.

Paul Volcker, então, adverte que o uso e realização deste potencial “dependem de uma política econômica consistente e eficiente em casa, e de relações financeiras e de comércio fortes e harmoniosas com outros países”.

A regularização dos pagamentos externos pelo Brasil “vai requerer um esforço concentrado”, acrescentou Volcker, advertindo:

— O pré-requisito está, evidentemente, nas mãos das autoridades brasileiras: a elaboração de um programa econômico que tenha o apoio e a confiança dos próprios brasileiros, e da comunidade internacional. Com esta base, tanto o Brasil como seus credores, oficiais e privados, terão um grande incentivo para trabalhar juntos e desenvolver acordos de financiamentos externos consistentes com um forte e contínuo crescimento.

Em sua conclusão, o presidente do Banco Central norte-americano, Paul Volcker, recomendou ao subcomitê do Senado que a melhor maneira de abordar o problema “desafiador” da dívida externa dos países do Terceiro Mundo é a de examinar caso por caso, levando em conta as circunstâncias diferentes de cada país.

Moisés Rabinovici, de Washington.

México, ainda sem empréstimo.

Há sérias divergências entre os bancos internacionais, para completar o pacote de novos empréstimos, em um total de 7,7 bilhões de dólares ao México, endossado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em outubro do ano passado e ainda não liberado.

É o que revelam fontes dos meios financeiros internacionais, um comentário que de certa forma coincide com as declarações de Paul Volcker, presidente do **Federal Reserv**, o Banco Central dos Estados Unidos.

Volcker lembrou ontem, em Washington, que os bancos comerciais pararam de conceder novos empréstimos aos 15 países mais endividados em 1985 e 1986. Acres-

centou, porém, que esses países “têm necessidade de poder contar com financiamento exterior, para sustentar programas econômicos e sobretudo assegurar um nível adequado de investimentos”. Ele admitiu, contudo, que os bancos internacionais questionam a amplitude e a eficácia dos esforços realizados pelos países devedores, “como desculpa” para recusar novos empréstimos.

E, nesse sentido, o caso do México é exemplar. Os documentos relativos ao pacote endossado pelo FMI foram assinados em março passado, mas muitos bancos negam-se a subscrever a totalidade da parte que lhes cabe, revelam as fontes.